



Divulgação

### INTERNET SEM FIO

# MPPB investiga “Jampa Digital”

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) está investigando o pagamento de propina a agentes públicos, a efetiva entrega de equipamentos e o funcionamento do projeto “Jampa Digital”. Já foram requisitadas cópias de documentos relacionados ao programa de inclusão digital à Secretaria de Ciência e Tecnologia de João Pessoa. **Página 3**

### INFÂNCIA

## “Nome Legal” faz mutirão no Interior

Mais de 260 mães de filhos com registro de nascimento incompleto participaram dos mutirões realizados nas cidades de São Sebastião de Lagoa de Roça (a 140 quilômetros de João Pessoa), Juazeirinho (a 210 quilômetros da Capital) e João Pessoa. **Página 4**

Daniel Félix



**REGISTRO** - paternidade é reconhecida

### MEIO AMBIENTE

## Cabedelo é condenado a recuperar lixão

O Município de Cabedelo (na Grande João Pessoa) foi condenado a recuperar, no prazo de seis meses, a área onde funcionava o antigo “lixão” e a implantar a coleta seletiva dos resíduos sólidos na cidade. A decisão do TJ foi favorável ao MPPB. **Página 5**



Daniel Félix

**LIXÃO** - Área verde localizada na BR-230 foi degradada devido à poluição

### SAÚDE

## Serviço de transplante do coração será retomado

Depois de ficar dois anos parado, o serviço de transplante do coração será retomado na rede pública de saúde da Paraíba. Para isso, várias ações deverão ser providenciadas pela Secre-

taria Estadual de Saúde e Secretaria de Saúde de João Pessoa. O assunto foi discutido em audiência pública no dia 22 de março, na Promotoria de Justiça da Saúde da Capital. **Página 8**

### PLANOS DE SAÚDE

## Empresas são investigadas, em Campina

**Página 6**

### SAMU

## MPPB investiga irregularidades nos municípios

**Página 8**

### AGRESSORES DE MULHERES

## Mais de 1,3 mil ações são ajuizadas

**Página 7**

## Espaço do Leitor



“O Jornal Ministério Público Social é um meio de comunicação que aproxima ainda mais o Ministério Público da Paraíba da sociedade. Trata-se de um informativo de grande importância porque mostra ao cidadão paraibano as mais variadas ações levadas a efeito por cada uma das Promotorias. Através dele a sociedade tem tomado conhecimento da ampla atuação do Ministério Público em todo o Estado e de como os direitos do cidadão tem sido defendido por esta instituição tão importante”.

Luiz Silva, motorista

“Quero parabenizar o Ministério Público da Paraíba por este excelente canal de interlocução do MP com a sociedade civil organizada. Esse jornal é importante porque pode ajudar a população a entender o trabalho feito nas promotorias de Justiça para defender e proteger os direitos dos idosos e do cidadão, em geral. O trabalho do Ministério Público também tem sido muito importante para ajudar a combater os problemas que a educação pública enfrenta no Estado, principalmente em relação à falta de estrutura”.

Felipe Santos, estudante

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail [jornal@mp.pb.gov.br](mailto:jornal@mp.pb.gov.br).

## Aprendendo Direito



**Setença** - ato pelo qual o juiz põe fim ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.

**Acórdão** - diferente da sentença, o acórdão é uma decisão proferida por órgãos colegiados de um tribunal e em instância superior.



## ARTIGO

## Frustração em um jogo de poder

\* CARLOS ANTONIO FRAGOSO GUIMARÃES

O psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) refletia que a expressão de violência, especialmente da violência que emerge dentro do próprio lar, é um sintoma de desequilíbrio, de uma falha afetiva que prefere agredir as pessoas mais próximas do que as que causam feridas externamente ao lar. Mais especificamente, a violência dentro do lar é sintoma de uma falta de amor que é caracterizada, algumas vezes, pela incapacidade egoísta, por parte do agressor, de perceber a dor provocada na pessoa atacada, que passa a ser tratada como um objeto, um alvo para o desabafo de frustrações e baixa estima.

Este quadro não deve ser entendido como natural, pois é sinal de um sintoma de desestrutura psicológica grave, cujas raízes podem ter iniciado antes mesmo do casamento, no caso da agressão entre casais, ou como fruto de conflitos mal resolvidos envolvendo a autoestima pessoal.

Dizia Jung que “onde acaba o amor têm início o poder, a violência e o terror”, sendo muitas vezes a falta de amor para com a pessoa agredida reflexo da falta de amor da pessoa que violenta para consigo mesma, baixa autoestima que é projetada na outra pessoa, mais fraca para receber a carga de violência sem atrever-se a reagir ao agressor.

As causas da violência contra a mulher são inúmeras e a influência cultural, dentre todas as demais, não é de modo algum a menor. Hoje, devido aos modelos culturais atuais e à falha de orientação familiar, a mulher é apresentada, pela propaganda, como objeto de prazer e de uso, bombardeando o inconsciente coletivo das pessoas com modelos onde a mulher é apresentada quase sempre como um objetivo sexual passivo a ser explorado.

As “músicas” de bandas efêmeras que banalizam o feminino; a presença da mulher associada ao prazer imediato na propaganda midiática e todo o ranço patriarcal

que envolveu a figura da mulher desde a época da colonização, mas ainda bastante presente na cultura - e que, paradoxalmente, muitas vezes é retransmitido aos filhos pelas próprias mães - é parte do problema, já que muitas vezes o que “vemos” ou interpretamos é consequência de modelos culturais que nos foram ensinados, formal ou informalmente.

Ao mesmo tempo é visível o progresso da mulher na ocupação de espaços antes culturalmente associados à figura do homem, o que questiona estes modelos. Essa dualidade, exatamente em um momento da história onde as pessoas, sob a sombra da fase neoliberal do capitalismo, são modeladas para serem competitivas, egoístas e imediatistas, leva certas pessoas do núcleo familiar a um impasse emocional entre o papel socialmente esperado (de força, sucesso, liderança) em meio a um contexto frio, competitivo desumano.

Se o núcleo familiar não consegue manter a saúde afetiva em meio a este contexto nocivo é quase certo que a desestrutura interna das pessoas que recebem toda esta carga do meio social venha a explodir exatamente dentro do próprio lar. Por isso Jung afirma, com sabedoria, que uma família bem estruturada é aquela onde o afeto amoroso dos seus membros se expressa no respeito e compreensão mútuas. Onde isso falha, tem-se apenas uma relação de pessoas que, aos poucos, envolvem uma série de jogos de poder onde alguém tem de perder para que o outro julgue ganhar. A violência frequente contra a mulher é expressão do abuso de uma visão distorcida de um feminino que não é mais amado por parte do agressor. Por isso sua afirmação de que

“Onde o amor impera, não há desejo de poder por haver respeito e carinho; e onde o poder predomina, há agressões exatamente por falta de amor. Um é a sombra do outro.”

\* Psicólogo do MP



Jornal do  
**Ministério Público**  
Social  
João Pessoa, março/abril - Ano III - Nº 23

## Procurador geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

## 1º Subprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

## 2ª Subprocuradora-geral de Justiça

Kátia Rejane Medeiros Lucena

## Corregedor-geral do MPPB

Alcides de Moura Jansen

## Secretário-geral

Francisco Lianza Neto

## Jornalista Responsável

Cristina Fernandes

## Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Alexander Carvalho, Cristina Fernandes, Giselle Ponciano

## Projeto Editorial

Cristina Fernandes

## Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno

## Fotografia

Daniel Félix e Ernane Gomes

## Chargista colaborador

Euclecio Fernandes

## Assessor de Imprensa

Jorge Rezende

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB  
TEL.: (83) 2107-6000 SITE: [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)

# MPPB investiga programa "Jampa Digital"

Promotoria do Patrimônio Público já requisitou documentos à Secretaria de Ciência e Tecnologia

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) está investigando o pagamento de propina a agentes públicos, a efetiva entrega de equipamentos e o funcionamento do projeto "Jampa Digital". No dia 27 de março, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital requisitou à Secretaria de Ciência e Tecnologia de João Pessoa cópias de documentos relacionados ao projeto que previa oferecer internet gratuita e sem fio aos pessoenses.

Os documentos vão integrar o inquérito civil público instaurado no ano passado para apurar fraudes no processo licitatório de instalação de banda larga em João Pessoa e a suspeita de superfaturamento de preços praticado pela empresa Idea Digital, responsável pela execução do projeto de inclusão digital.

Segundo o promotor de Justiça João Benjamim Delgado Neto, a secretaria deverá encaminhar comprovantes de despesas empenhadas em favor da Idea Digital (como notas fiscais e ordens de pagamento bancário, por exemplo) e fotocópia integral do convênio celebrado entre a Prefeitura de João Pessoa e o Ministério da Ciência e Tecnologia para a execução do projeto.

Em denúncia veiculada no dia 25 de março, o programa "Fantástico" mostrou que o projeto "Jampa Digital" não está funcionando, dois anos após o seu lançamento.

## DENÚNCIAS

Em denúncia veiculada no dia 25 de março, o programa "Fantástico" mostrou que o projeto "Jampa Digital" não está funcionando, dois anos após o seu lançamento.



Divulgação

**DIFICULDADE** - Pessoenses não conseguem acessar internet gratuita

## Chefe de gabinete recebeu R\$ 103 mil indevidamente

O Ministério Público da Paraíba ajuizou uma ação civil pública por improbidade administrativa contra o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Durval Ferreira, e o chefe de gabinete da mesa diretora, Benedito Tomaz de Oliveira Filho.

Segundo a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da Capital, em dois anos, o vereador e o chefe de gabinete causaram prejuízo ao Legislativo Municipal de R\$ 103.680,00. O valor é referente aos pagamentos feitos, indevidamente, em favor de Benedito Tomaz, uma vez que ele acumulava mais de um vínculo empregatício em órgãos públicos.

## IRREGULARIDADES

### Ex-diretor da Lotep ajudou amigos e parentes

O MPPB também acionou o ex-superintendente da Loteria do Estado da Paraíba (Lotep), Roberto Cláudio Rocha Rabello, na Justiça. Ele é acusado de praticar crime de improbidade administrativa enquanto esteve à frente da autarquia que é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano.

De acordo com a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, os atos ilegais praticados por Rabello no exercício financeiro de 2004 causaram um prejuízo de R\$ 138,3 mil aos cofres públicos estaduais.

Dentre as irregularidades (que beneficiaram políticos, empresários, o próprio Rabello, amigos e familiares dele) estão

a doação de R\$ 9,1 mil em favor de Renauro Rostand Pessoa Chaves para a realização dos Jogos Escolares do Cariri e a contratação, sem licitação, de serviços de publicidade em favor da empresa AM Oficina de Propaganda e Marketing Ltda. avaliados em quase R\$ 73 mil.

O dinheiro também teria beneficiado o diretor da Revista "A Semana", que é irmão de Rabello.

Desse montante, R\$ 8 mil foram usados para pagar despesas fictícias (já que o serviço de criação de uma nova marca da Lotep não foi executado) e mais R\$ 2,8 mil, para a confecção do livro "Sociedade Parai-bana 2004".

### Ex-gestor do Mercado de Mangabeira é condenado

A 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital acatou a ação do MPPB e condenou o ex-gestor do Mercado de Mangabeira, Pedro Coutinho (ex-vereador, conhecido como "Pedro do Caminhão") a devolver R\$ 30 mil aos cofres públicos e a pagar multa de R\$ 60 mil. Ele também teve os direitos políticos suspensos por oito anos.

A ação civil pública por improbidade administrativa foi proposta pela Promotoria do Patrimônio Público de João Pessoa, em junho de 2008. De

acordo com as investigações do MPPB, Coutinho praticou vários atos ilegais que resultaram em enriquecimento ilícito, lesão ao patrimônio público e ofensa aos princípios constitucionais da Administração Pública.

O ex-gestor recebeu indevidamente pagamentos, comercializou e cedeu boxes de forma ilegal. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado, R\$ 54,9 mil arrecadados junto a comerciantes do mercado público deixaram de ser contabilizados e foram desviados para "caixa dois".

## CONTRATAÇÕES ILEGAIS

### Ex-secretários estaduais e secretária de Saúde de JP são processados

Três ex-secretários estaduais e a secretária de Saúde de João Pessoa foram processados pelo MPPB, em março. Eles são acusados de praticar atos de improbidade administrativa, porque fizeram contratações ilegais.

Os ex-secretários de Saúde e de Administração do Estado, José Maria de França e Antônio Fernandes Neto, respectivamente, contrataram de forma irregular enfermeiros para trabalhar no Hospital Regional de Cajazeiras (a 460 quilômetros de João Pessoa), em detrimento da nomeação dos aprovados no concurso realizado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). Até abril de 2010, a SES havia nomeado os aprovados até a 46ª colocação para o cargo de enfermeiro. Frente à necessidade de contratação de mais profissionais, as duas secretarias optaram por celebrar contratos verbais informais, ao invés de nomear os demais aprovados no concurso,

respeitando a ordem de classificação. Alguns dos enfermeiros contratados fizeram o concurso, mas foram classificados entre a 72ª e a 124ª posição. A farmacêutica Luciana Vale de Holanda também foi contratada irregularmente para trabalhar no hospital, apesar de existirem pessoas aprovadas no concurso que não haviam sido nomeadas.

#### "FANTASMAS"

O ex-secretário estadual de Educação Neroaldo Pontes é acusado de ter contratado ilegalmente quase 12 mil prestadores de serviços, sendo que alguns deles eram "fantasmas" e causaram prejuízo de R\$ 21,7 mil aos cofres estaduais.

O MPPB também requereu a anulação de sete contratos administrativos formalizados, indevidamente por "excepcional interesse público", em favor de Sidney Rodrigues Costa, Jackson Costa Martins, Else Caroline Pedrosa de Araújo, Luciene Soraia Belmiro

de Sousa, Ademar Pereira, Elenita Campos de Lima e Simone Barros Lima Grandez.

#### NA CAPITAL

Já a secretária de Saúde de João Pessoa Roseana Meira foi processada por celebrar contratos temporários com 81 profissionais, em detrimento dos candidatos aprovados no último concurso público.

#### SUSPENSÃO DE DIREITOS

A Promotoria do Patrimônio Público da Capital requereu à Justiça que os três ex-secretários de Estado e a secretária de Saúde de João Pessoa sejam condenados a pagar multa e a ressarcir os danos materiais e morais causados ao Estado. Também foi pedido que os acusados tenham os direitos políticos suspensos e sejam proibidos de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

## CALDAS BRANDÃO

### Comissionados serão exonerados em 180 dias

A Justiça acatou, em março deste ano, o pedido de liminar feito pelo Ministério Público da Paraíba e determinou que a Prefeitura de Caldas Brandão (a 60 quilômetros de João Pessoa) exonere, no prazo de 180 dias, 90 dos 115 cargos comissionados existentes na administração pública municipal.

Os servidores que devem ser desligados da Administração

Municipal estão lotados no gabinete da prefeitura e nas secretarias de infraestrutura, desenvolvimento, finanças, ação social, administração, educação e saúde.

A ação civil pública foi movida em novembro de 2010 pela Promotoria de Justiça da Comarca de Gurinhém.

De acordo com a promotora de Justiça Jaine Aretakis Didier,

o número de cargos comissionados é "exorbitante", já que dos 402 funcionários públicos, 115 são comissionados. "De cada grupo de quatro funcionários, um exerce um cargo comissionado. Será que dentro de um município pequeno, há tanta tarefa de chefia, direção ou assessoramento que necessite de 115 cargos comissionados?", questionou.

# “Nome Legal” faz mutirão no Interior da PB

Daniel Félix

Sem certidão de nascimento, crianças e adolescentes se tornam mais vulneráveis ao trabalho infantil

Mais de 260 mães de filhos com registro de nascimento incompleto participaram dos mutirões realizados, em março, nas cidades de São Sebastião de Lagoa de Roça (a 140 quilômetros de João Pessoa), Juazeirinho (a 210 quilômetros da Capital) e João Pessoa.

Os mutirões fazem parte do projeto “Nome Legal”, desenvolvido pelo Ministério Público da Paraíba, para combater o sub-registro civil e garantir que crianças e adolescentes tenham em suas certidões de nascimento o nome do pai e da mãe.

Segundo a promotora de Justiça da Comarca de Esperança (que abrange o município de São Sebastião de Lagoa de Roça), Paula Camillo Amorim, e a pro-

motora de Justiça que coordena o “Nome Legal”, Renata Luz, durante o mutirão, foram feitos vários reconhecimentos espontâneos de paternidade.

O evento também teve o apoio da Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião de Lagoa de Roça.

Em Juazeirinho, foram ouvidas mais de 150 mães dos municípios de Juazeirinho, Santo André e Tenório e vários reconhecimentos voluntários de paternidade foram realizados. Também foram designadas datas para que os promotores ouçam os supostos pais das crianças e agendados exames de DNA.

Participaram do mutirão o promotor de Juazeirinho Begson Formiga, a coordenadora do projeto e a equipe de informática.

Na Capital, foram realizados dois mutirões, um no dia 19 de março no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (em que foram ouvidas cerca de 50 mães) e outro no dia 30, na escola municipal Apolônio Sales de Miranda, no bairro Cruz das Armas.

Daniel Félix



**PATERNIDADE** - Mutirões em escolas promovem oportunidade para reconhecimento espontâneo

## NO INTERIOR

### Conselheiros participam de cursos

Cerca de 30 conselheiros tutelares e de Direito que atuam em 22 municípios do Alto Sertão da Paraíba participaram, nos dias 20 e 21 de março, de palestras ministradas pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (Caop da Criança e do Adolescente), na cidade de Sousa (a 430 quilômetros de João Pessoa).

O curso faz parte do projeto da Escola de Conselho do Estado e tem como parceiro o Ministério Público paraibano. Ele será ministrado a conselheiros tutelares e de Direito, em toda a Paraíba.

A capacitação foi dividida em dois módulos. Foram abordados temas como

a história política da criança e do adolescente no Brasil, os conselhos de Direitos e o Sistema de Garantia de Direitos, o orçamento público e a gestão pública da criança e do adolescente e as atribuições, o trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos conselhos tutelares e o encaminhamento de casos a órgãos como Ministério Público e Vara da Infância, por exemplo. O segundo módulo ocorreu nos dias 3 e 4 de abril.

Já a segunda turma de conselheiros do Sertão participou do primeiro módulo nos dias 27 e 28 de março. O segundo módulo ficou para os dias 10 e 11 de abril.

#### MUNICÍPIOS ATENDIDOS NO SERTÃO

##### 1ª TURMA:

Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Maturéia, Pombal, Passagem, Várzea, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, Teixeira, São José do Bonfim, Vista Serrana, São Mamede e São Bentinho.

##### 2ª TURMA:

Aguiar, Boa Ventura, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Nova Olinda, São Domingos de Pombal, Olho D'Água, Pedra Branca, Piancó, Santa Inês, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, São José de Caiana, Serra Grande, Patos, São José dos Espinharas e São José do Sabugi.



**PALESTRA** - Famílias discutem temas como prevenção às drogas

## COMBATE ÀS DROGAS

### Palestra discute educação familiar em Campina Grande

Duas mil pessoas participaram, no dia 22 de março, de palestras sobre educação familiar que foram proferidas por promotores de Justiça e voluntários, no ginásio de esportes da escola estadual Elpídio de Almeida (Gigantão da Prata), em Campina Grande. O principal assunto debatido foi o combate às drogas.

O promotor de Justiça Herbert Douglas Targino, da Infância e da Adolescência, chamou a responsabilidade de mães e pais de família sobre a necessidade de impor limites na criação dos filhos menores de idade.

O promotor Berlindo Estrela, titular da Vara da Família de Campina Grande, falou sobre as relações familiares do ponto de vista jurídico. Já o coordenador do “Fome Zero”, Éder Rotondano, abordou questões relacionadas às condições que

garantem às famílias carentes a permanência no programa, dentre as quais, a manutenção das crianças e adolescentes nas escolas, o cumprimento com os cuidados básicos com a saúde, seguindo o calendário de vacinação das crianças de zero a seis anos, além da agenda pré e pós-natal das gestantes e mães em amamentação.

#### TRABALHO E DROGAS

A elevada e crescente evasão de crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) também foi objeto de preocupação entre os participantes do encontro. Segundo a professora Maria das Dores, o número de faltosos aumenta a cada dia, o que pode caracterizar negligência dos pais. O problema pode levar crianças e adolescentes ao mundo das drogas.

## JOÃO PESSOA

### Entidades de acolhimento são fiscalizadas

A Promotoria da Infância e Juventude de João Pessoa realizou fiscalizações em 11 entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes da Capital para verificar a qualidade do atendimento prestado.

A realização de inspeções é uma determinação da Resolução 71/2011 do Conselho Nacional do Ministério Público.

As inspeções foram acompanhadas pelo promotor de Justiça Alley Escorel, pela equipe psicossocial do Ministério Público da Paraíba (formada por psicólogo, pedagogo e assistente social) e pela Assessoria de Engenharia e Arquitetura da Procuradoria-Geral de Justiça.

Durante a inspeção, foram avaliados os prontuários e fi-

chas das crianças e adolescentes e as providências adotadas pelas entidades para reinserção e retorno às casas dos que se encontram acolhidos.

O promotor de Justiça Alley Escorel vai aguardar os relatórios das equipes e já solicitou relatórios do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária Municipal sobre as entidades fiscalizadas.

# Parceria quer garantir transporte escolar seguro

MPPB e Detran vão combater uso de "paus de arara" em cidades do Interior

O Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (Detran) vai disciplinar o funcionamento do transporte escolar em todo o Estado. A medida foi decidida em reunião realizada com o Ministério Público paraibano, no final de fevereiro.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro, será realizada uma audiência pública com os prefeitos para conscientizá-los de que o transporte escolar deve ter qualidade e ser seguro.

Depois disso, será feito um trabalho de fiscalização para garantir que as verbas destinadas pelo Governo Federal para o financiamento de transporte escolar não sejam usadas para a contratação de veículos impróprios

(conhecidos como "paus-de-arara"). O objetivo é evitar tragédias, como a que aconteceu em 2006, quando 13 estudantes que eram transportados em uma camionete morreram em um acidente, na região de Sousa, no Sertão.

## OUTRAS EXPERIÊNCIAS

Segundo a promotora de Justiça da Educação, Fabiana Lobo, no Estado de Goiás existe uma parceria entre o Detran e o Ministério Público. O Detran assumiu a corresponsabilidade de fiscalizar o transporte escolar e o MP acompanha essa fiscalização.

"Na Paraíba, a situação é muito grave. De 223 municípios, apenas 22 municipalizaram o transporte escolar. É notório que ainda existe o 'paus-de-arara'. Temos constatado crianças sendo transportadas em caçambas de caminhões e camionetes, sem nenhuma estrutura e segurança. E o que a gente verifica é que ninguém está fiscalizando", disse.



**INSEGURO** - Estudantes são transportados em "paus de arara" em cidades do Interior da Paraíba

## REDE PARTICULAR

### Escolas devem fornecer alimentação saudável

As promotorias de Educação, Consumidor e Infância e Juventude de João Pessoa vão expedir recomendação conjunta para que as escolas da rede privada da Capital ofereçam alternativas de alimentação saudável aos estudantes nas suas cantinas.

Médicos ligados à Sociedade Paraibana de Pediatria têm constatado, nos consultórios, altos índices de obesidade infanto-juvenil e o lanche escolar, composto geralmente por refrigerante e salgadinho, é considerado um dos grandes vilões do problema.

Uma audiência com diretores de 200 escolas da Capital foi realizada, em março, no auditório do MPPB, para tratar do tema.

A Lei Federal 11.947/2009 define como alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo e estabelece o emprego da alimentação saudável e adequada.

Segundo a promotora de Justiça da Educação, Fabiana Lobo, a lei não se refere apenas à rede pública de ensino, por isso as escolas privadas também devem cumprir as determinações.

Durante o evento foram ministradas palestras por especialistas do Conselho Regional de Nutrição, do Comitê de Nutrologia e da Sociedade Paraibana de Pediatria a diretores de escolas.

Daniel Félix



**RISCO** - Promotores e médicos alertam para obesidade infantil

## MEIO AMBIENTE

### Cabelado é condenado a recuperar área degradada

O Município de Cabelado (na Grande João Pessoa, a 20 quilômetros da Capital) foi condenado a recuperar, no prazo de seis meses, a área onde funcionava o antigo "lixão" e a implantar a coleta seletiva dos resíduos sólidos na cidade.

A decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba foi favorável ao Ministério Público da Paraíba e transitou em julgado (o que significa dizer que não cabe mais recurso).

De acordo com o promotor de Justiça Valério Bronzeado, em fevereiro de 2000, foi proposta a ação civil pública que solicitou a recuperação da área localizada às margens da BR-230, entre a linha do trem e o manguezal existente na região. O local serviu de depósito de lixo e foi totalmente degradado.



**DEGRADAÇÃO** - vista aérea do local onde funcionava o lixão

O Tribunal de Justiça também impôs multa de R\$ 20 mil por dia de atraso na entrega da obra de recuperação e de multa

diária de R\$ 8 mil pelo descumprimento da condenação de realizar a coleta seletiva de lixo e de reciclagem.

## COMPROMISSO

### Municípios vão combater a evasão

Os municípios de Esperança, Areal, Montadas e São Sebastião de Lagoa de Roça (a cerca de 150 quilômetros de João Pessoa) firmaram, no dia 15 de março, um termo de cooperação em que se comprometem a combater a evasão escolar. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), 10% dos alunos abandonam a escola, na Paraíba.

O acordo estabelece que a

direção das escolas devem preencher a ficha de aluno infrequente em três vias, assim que constatarem casos de estudantes com dez faltas injustificadas consecutivas ou alternadas durante o bimestre letivo.

Caso os recursos da escola para o resgate do aluno se esgotem, a ficha deve ser encaminhada ao Conselho Tutelar que tomará, dentro de cinco dias, as

medidas cabíveis para o retorno do aluno. Se ainda assim, o retorno for frustrado, a promotoria da Infância e Juventude deverá ser informada, através do encaminhamento da ficha, para tomar as providências legais.

Ficou estabelecido ainda que serão realizadas reuniões em julho e novembro para avaliação e aprimoramento do programa de combate à evasão escolar.

# Planos de saúde são investigados, em CG

Resolução da ANS que determina prazo para marcação de consulta e exame já está em vigor

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) está investigando as empresas de planos de saúde que atuam na região de Campina Grande para saber se elas estão cumprindo os prazos de marcação de consultas, exames e internações hospitalares aos usuários, conforme determina a Resolução Normativa 259 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em vigor desde dezembro do ano passado.

De acordo com o promotor de Justiça do Consumidor, Clístenes Holanda, a Resolução 259 da ANS obriga as operadoras de plano de saúde a garantir o atendimento aos usuários em prazos máximos que variam de três a 21 dias úteis (dependendo do tipo de procedimento). Os casos de urgência e emergência devem ser atendidos de imediato.

Apesar disso, a promotoria de Justiça tomou conhecimento de que alguns planos de saúde não estariam dando integral cumprimento à resolução, razão pela qual determinou a abertura do procedimento para uma averiguação preliminar. “Se constatarmos que o descumprimento está efetivamente ocorrendo, tomaremos todas as medidas necessárias, inclusive judiciais, se for o caso, no sentido de assegurar que os consumidores dos planos de Saúde de Campina Grande sejam efetivamente atendidos nos prazos estabelecidos pela ANS”, assegurou Clístenes.

O promotor de Justiça já solicitou ao Procon de Campina Grande informações sobre a existência de reclamações por parte de usuários dos planos em relação à demora na marcação de consultas, exames e internações. Os planos com atuação na cidade serão notificados para informar à promotoria de Justiça, no prazo máximo de dez dias, se estão dando cumprimento à Resolução da ANS.



Divulgação

**PRAZOS DESRESPEITADOS** - Usuários de planos de saúde têm dificuldades para marcar consultas

## ACIDENTES DE CONSUMO

### Projeto quer proteger o consumidor

O Ministério Público da Paraíba apresentou, no dia 21 de março, o projeto de organização para prevenção de acidentes de consumo, que são os danos causados por produto ou serviço, mesmo quando usado corretamente.

O projeto será desenvolvido em parceria com os Procons, Agência Estadual de Vigilância Sanitária, Gerência Municipal de Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia, Nutrição e Sociedade Paraibana de Pediatria.

A reunião de apresentação ocorreu na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, com a participação de representantes dos órgãos parceiros. De acordo com o promotor do Consumidor da Capital, Glauberto Bezerra, o projeto visa organizar um sistema preventivo para que as relações de consumo não sejam



Daniel Félix

**PRODUTOS VENCIDOS** podem provocar acidentes de consumo

contrárias aos direitos do consumidor e orientar sobre os procedimentos administrativos e legais para a efetiva prevenção e reparação dos danos causados pelos acidentes de consumo.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor, Leonardo Pereira de Assis, informou que a experiência que está sendo de-

envolvida em João Pessoa será levada a todo o Estado.

Na Câmara de Vereadores de João Pessoa, tramita um projeto de lei municipal que estabelece que os hospitais públicos e privados da Capital notifiquem compulsoriamente os acidentes de consumo à Secretaria de Saúde do Município, que repassará os dados à Vigilância Sanitária.

## TROCA DE EXPERIÊNCIA

### Palestra discute uso abusivo de agrotóxico

Promover a troca de experiências para que haja um combate eficaz ao uso indiscriminado de agrotóxicos na Paraíba. Esse foi o principal objetivo da palestra ministrada, no dia 9 de março, pelo engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura de Pernambuco, Sílvio Varejão.

O evento aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, e contou com a presença de vários profissionais que atuam em órgãos de fiscalização.

O palestrante apresentou o “Plano de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxico em Alimentos” implementado em Pernambuco para atender a uma das exigências do termo de ajustamento de conduta (TAC) cele-

brado em 2008 entre o Governo do Estado e o Ministério Público pernambuco.

Segundo Varejão, o plano previa, inicialmente, a análise laboratorial de 12 culturas de alimentos. O número de amostras deverá aumentar para cem por mês e vai atingir as propriedades rurais, feiras livres, supermercados e feiras orgânicas. “Com base nos resultados, fazemos a rastreabilidade e podemos até mesmo impedir a entrada do produtor infrator no mercado”, explicou.

Mais de 400 amostras de alimentos já foram analisadas em Pernambuco. “No início do programa, tínhamos menos amostras e 40% delas eram consideradas insatisfatórias. Hoje, com mais amostras, temos um índice de

28%, o que mostra que o programa tem dado certo e que o grupo de agricultores está respeitando a legislação”, disse o agrônomo.

Para o promotor de Justiça que coordena o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor (Caop do Consumidor), Leonardo Pereira, a experiência do Estado de Pernambuco vai nortear as ações que poderão ser desenvolvidas na Paraíba. “A troca de experiência vai permitir agir da melhor forma possível e vai possibilitar que nós implementemos um projeto com a mesma finalidade e com o mesmo êxito que eles tiveram”, disse.

O consumo de agrotóxico provoca vários problemas à saúde e doenças como câncer.

## Campanha “De olho na validade” é lançada

O lançamento da campanha “De olho na validade” marcou a comemoração do Dia Internacional do Consumidor (15 de março), no Estado da Paraíba.

O MPPB, Procon/PB, Vigilâncias Sanitárias, Instituto de Metrologia e Qualidade, sociedade civil organizada e Associação dos Supermercados da Paraíba (ASPB) assinaram o termo de compromisso de responsabilidade para instituir a campanha educativa, que entrará em vigor em 60 dias.

De acordo com o termo, se o consumidor identificar, antes da passagem no caixa, produtos com validade vencida nas prateleiras e gôndolas dos supermercados, ele receberá imediatamente outro produto idêntico dentro do prazo de validade sem pagar nada por isso. Caso não haja o produto, o cliente terá direito à troca gratuita por outro similar.

A campanha tem como objetivo agilizar a troca de produtos com validade vencida e melhorar a qualidade do serviço prestado pelo setor supermercadista aos consumidores. Os clientes que constatarem a ausência de validade nos produtos ou o seu vencimento após a passagem pelos caixas terão os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor garantidos.

A cada três meses, o MPPB, os órgãos de defesa do consumidor e a ASPB vão se reunir para discutir os resultados da campanha que terá duração de 12 meses. Cerca de 200 supermercados associados deverão divulgar a campanha nas dependências dos estabelecimentos para que os clientes tomem conhecimento.

## CDC

A Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor, CDC) assegura, além da reparação pelos danos causados, a imediata substituição ou devolução dos valores havidos em razão da aquisição de bens e produtos impróprios para o consumo.

Além do trabalho educativo, os órgãos de defesa do consumidor continuarão a realizar as fiscalizações nos supermercados para coibir práticas que violem o CDC.



## RECLAMAÇÕES

O consumidor pode colaborar com a investigação, ligando para a promotoria e passando informações relacionadas ao problema.

**(3321-2166 ou 3321-2425)**

# Verba da assistência social é aplicada de forma errada

Curso vai orientar conselheiros para melhorar a fiscalização sobre gastos

Mais de 80% dos recursos federais repassados aos Fundos Municipais de Assistência Social não foram aplicados de modo correto, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Para combater o problema e garantir que o dinheiro público seja destinado corretamente a ações e políticas de assistência social nas cidades paraibanas, o Ministério Público da Paraíba vai promover capacitações aos integrantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS).

O primeiro curso será realizado no dia 11 de abril, em Ita-

baiana (a 80 quilômetros de João Pessoa). Cerca de 150 conselheiros de 12 municípios devem participar da capacitação que também será ministrada pelo TCU, Controladoria Geral da União (CGU) e Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado.

Segundo o promotor de Justiça que coordena o Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Cidadão e Direitos Humanos, Valberto Lira, o objetivo do MPPB é conscientizar os conselheiros sobre suas atribuições e fornecer a eles informações sobre os recursos federais repassados aos Fundos Municipais de Assistência Social para que haja uma melhor fiscalização da utilização do dinheiro público.

Serão abordados assuntos como o marco legal em relação aos conselhos, as atribuições dos conselheiros, a LOAS (Lei Or-

gânica da Assistência Social), o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e sobre a Política Nacional de Assistência Social.

## NA PARAÍBA

Os municípios que participarão do primeiro curso são: Juripiranga, São José dos Ramos, Ingá, Juarez Távora, Mogeiro, Serra Redonda, Pedras de Fogo, São Miguel de Taipu, Itatuba, Caldas Brandão, Gurinhém e Itabaiana.

O segundo curso será promovido no dia 25 de abril, em Mamanguape (a 48 quilômetros da Capital) a conselheiros que atuam em Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Cural de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Lagoa de Dentro, Marcação, Mataraca, Pedro Régis, Rio Tinto e Mamanguape. As demais capacitações terão o cronograma definido pelo MPPB junto com prefeitos.

## MULHER

### MPPB ajuíza mais de 1,3 mil ações contra agressores

Mais de 1,3 mil denúncias de violência doméstica contra mulheres enquadradas na “Lei Maria da Penha” (Lei 11.340/06) foram oferecidas pelo Ministério Público da Paraíba, entre janeiro e dezembro de 2011. Isso significa dizer que, a cada seis horas, uma ação penal contra agressores de mulheres é instaurada.

Somente em janeiro e fevereiro deste ano, foram oferecidas 90 denúncias desse tipo. Para o procurador-geral de Justiça Oswaldo Trigueiro Filho, a atuação dos Ministérios Públicos é fundamental para combater a impunidade e a violência contra a mulher.

Isso porque, a ação penal contra os agressores é caracterizada como “ação penal pública incondicionada” e pode ser instaurada pelos promotores de Justiça independentemente da vontade

da vítima. “Antes, era necessário ter uma disposição de vontade da pessoa ofendida, que no caso é a mulher; mas o Supremo Tribunal de Justiça resolveu enfrentar essa questão, sob o aspecto do prejuízo de outros bens jurídicos mais importantes do que a própria privacidade da vítima. O Supremo fez um choque entre esses valores e entendeu que o valor maior está mais presente na própria dignidade humana da mulher, até pela fragilidade vivida pela vítima”, explicou Oswaldo.

## DIA DA MULHER

Em Campina Grande, o MPPB e a Universidade Estadual da Paraíba promoveram o seminário “A Mulher e a Lei Maria da Penha”. O evento aconteceu na véspera do Dia Internacional da Mulher (8 de março) na Faculdade de Direito.

Divulgação



## criação de CMI

### R\$ 70 mil serão investidos na PB

Foi assinado, no dia 12 de março, na Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, o contrato do termo de parceria entre o Ministério Público da Paraíba e o Banco Santander para a criação e capacitação de 40 Conselhos Municipais de Idosos (CMI).

Dos 223 municípios paraibanos, apenas 90 (o equivalente a 40%) possuem um CMI em funcionamento. Para o procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, a parceria com o Banco Santander é uma estratégia importante para fortalecer o sistema de proteção e defesa da pessoa idosa na Paraíba.

O contrato estabelece que o

Banco Santander vai destinar R\$ 69.916,64 ao MPPB. O recurso vai financiar oficinas e cursos direcionados a conselheiros de idosos. Até o final deste ano, deverão ser realizadas cerca de 20 oficinas. “Essa iniciativa vai nos dar o aporte financeiro para que possamos fazer capacitações e publicar material educativo, didático e de apoio e conhecimento, como uma coletânea da legislação sobre o idoso que vai desde a Constituição Federal a leis estaduais”, explicou Lira.

O projeto também prevê a impressão de 5 mil exemplares do Estatuto do Idoso e cartilhas de orientação para os Conselhos Mu-

nicipais do Idoso e para a criação desses conselhos que serão destinadas aos governos municipais.

## PREMIADO

A criação e capacitação dos 40 Conselhos Municipais do Idoso fazem parte do projeto “Conselho Municipal do Idoso: espaço de participação, fortalecimento e integração”, elaborado pelo Caop da Cidadania e Direitos Humanos.

Ele concorreu, no ano passado, com mais 5, 7 mil projetos de todo o País do concurso “Talentos da Maturidade”, promovido pelo Banco Santander, sendo o vencedor na categoria “Programas Exemplares”.

## GIRO PELAS PROMOTORIAS

### PB perde R\$ 4 bilhões com sonegação

Quatro bilhões de reais. Esse é o valor que o Estado da Paraíba deixou de ganhar por causa da sonegação fiscal. O dinheiro que poderia custear políticas públicas nas áreas de educação, saúde e segurança pública, por exemplo, supera a riqueza de Campina Grande e equivale a quase metade de toda a riqueza de João Pessoa.

Para combater os crimes de sonegação fiscal – um dos braços do crime organizado em todo o País –, o Ministério Público da Paraíba vai criar uma promotoria especializada e desenvolver um trabalho integrado com a Secretaria Estadual da Receita (SER).

### Promotoria inaugurada

Mais de 40 mil habitantes dos municípios de Esperança, Montadas e Areal foram beneficiados com a nova sede da Promotoria de Justiça inaugurada no dia 15 de março. Em Esperança, a sede está localizada próximo ao Fórum da cidade.

### Ressocialização

Doze apenadas do Presídio Regional Feminino de Patos (no Sertão da Paraíba, a 300 quilômetros de João Pessoa) participam do projeto “Plantando Minha Liberdade”, desenvolvido pela Promotoria da Execução Penal, com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Patos (Emater) e da Secretaria de Meio Ambiente.

O projeto tem como objetivo garantir o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP) e promover a ressocialização das presas através do trabalho em hortas comunitárias e de palestras educativas. Desde o final do ano passado, a Emater já ministrou vários cursos às participantes do projeto. Nelas, as apenadas puderam aprender a como transformar o alimento em remédio e o reaproveitamento de alimentos.

### Maus policiais

O NCap e a Corregedoria da Polícia Militar firmaram parceria para desenvolver um trabalho integrado contra os maus policiais. A partir de agora, todas as sindicâncias e procedimentos administrativos instaurados pela Corregedoria contra policiais militares serão encaminhados, mensalmente, ao MPPB.

### Conselho de Segurança

O Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público da Paraíba (NCap) cobrou do Governo do Estado a instalação do Conselho Estadual da Segurança da Defesa Social (Conesds).

Segundo o promotor de Justiça que coordena o NCap, Francisco Seráfico, o Conesds é uma estratégia importante porque possibilita a participação de setores da sociedade civil na formulação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas na área da segurança.

# Serviço de transplante cardíaco será retomado

Ambulatório de insuficiência cardíaca será a "porta de entrada" dos pacientes e funcionará no HULW

Depois de ficar dois anos parado, o serviço de transplante do coração será retomado na rede pública de saúde da Paraíba. Para isso, várias ações deverão ser providenciadas pela Secretaria Estadual de Saúde (SES/PB) e Secretaria de Saúde de João Pessoa. O assunto foi discutido em audiência pública no dia 22 de março, na Promotoria de Justiça da Saúde da Capital.

Dentre as principais providências que serão tomadas está a criação do ambulatório de insuficiência cardíaca. A SES/PB, a SMS/JP e o Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) assumiram o compromisso junto ao Ministério Público de celebrar parceria para criar o serviço que funcionará como porta de entrada aos pacientes da Paraíba que sofrem de doenças cardiovasculares e que passaram por um transplante cardíaco. A previsão do superintendente do HULW, João Batista Simões, é que o ambulatório, que vai funcionar no HU da Capital, terá o funcionamento regularizado a partir do dia 15 de abril.

Segundo o promotor de Justiça da Saúde João Geraldo Barbosa, o Hospital da Unimed está credenciado no Sistema Único de Saúde (SUS) até agosto para realizar os transplantes de coração e de fígado e os médicos da equipe de transplante deverão providenciar a renovação do credenciamento no SUS.

A gerente de regulação da SES/PB, Mércia Santos Coutinho, propôs aos profissionais que integram a equipe de transplante cardíaco o adicional de 20% sobre o valor pago pela tabela SUS para os procedimentos de captação de órgãos e deslocamento e de 30% (também sobre a tabela SUS) para o procedimento de transplante de coração. A proposta foi aceita pelos médicos. De acordo com a SES/PB, em todo o Estado, um paciente aguarda por transplante cardíaco.

## EXAMES E MEDICAMENTOS

Também ficou decidido na audiência pública promovida pela Promotoria da Saúde que a SES/PB vai tomar todas as providências necessárias para que, até o dia 15 de abril, a marcação de exames e a dispensação de medicamentos aos pacientes pré e pós transplante funcionem na Central de Regulação do município. A medida atende à reivindicação da Associação Paraibana de Portadores de Hepatopatias, Transplantados Hepáticos e Familiares (Apheto).

## SAMU

# MPPB investiga irregularidades

Divulgação

O Ministério Público da Paraíba promoveu duas audiências públicas para discutir a situação e os problemas existentes no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

A primeira faz parte do inquérito civil público instaurado pela Promotoria da Saúde da Capital para apurar as denúncias feitas em setembro de 2011 pela imprensa, em âmbito nacional e local, sobre a existência em todo o Estado de 90 ambulâncias novas do Samu que estavam paradas, pois os municípios que receberam os veículos não atenderam ao trâmite administrativo exigido pelo Ministério da Saúde para que o serviço pudesse funcionar.

A segunda audiência integra o inquérito civil público instaurado pela mesma promotoria em 2010 para apurar as irregularidades identificadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

## MAMANGUAPE E ITABAIANA

Técnicos da Secretaria de Saúde da Paraíba (SES/



**GARANTIA** - MP quer funcionamento completo do Samu na PB

PB) se comprometeram em avaliar as medidas necessárias para viabilizar o funcionamento das bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) em Itabaiana e Mamanguape. A medida pretende garantir à população da região o acesso ao Samu e evitar que os municípios percam as ambulâncias, paradas há mais de um ano. O compromisso foi assumido em reunião realizada no Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Saúde (Caop da Saúde), em João Pessoa.

## RIO TINTO, MARCAÇÃO E BAÍA DA TRAIÇÃO

Já para assegurar a implantação e o funcionamento do Samu nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, foi firmado um termo de ajustamento de conduta com para a contratação de profissionais para atuar na base descentralizada do Samu de Rio Tinto, que abrange a região. A base de Rio Tinto era uma das últimas que, por apresentar pendências junto ao Ministério da Saúde, não havia inaugurado os serviços e corria o risco de devolver a ambulância.

## Criança tem cirurgia garantida

A Justiça deferiu o mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público da Paraíba e obrigou o Governo do Estado a custear as despesas com procedimento cirúrgico de uma criança cardiopata – que foi encaminhada para uma unidade hospitalar em Recife.

A ação civil pública contra o Estado foi ajuizada porque a

Secretaria Estadual de Saúde havia descumprido a recomendação que lhe foi enviada da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Rio Tinto. O juiz Adeilson Nunes de Melo concedeu a liminar pedida pelo MPPB e determinou o bloqueio de verba pública suficiente em conta bancária para cobrir as despesas hospitalares.

## Promotoria solicita mutirão

A Promotoria da Saúde de João Pessoa realizou audiência para discutir a realização de cirurgias de reconstituição mamária em pacientes que se submeteram à mastectomia, depois de denúncias de que algumas pacientes não passavam

pela cirurgia reparadora.

As Secretarias de Saúde do Estado e da Capital receberam ofício, solicitando a realização de mais um mutirão de cirurgias desse tipo. O último mutirão de cirurgia reparadora aconteceu no início de março.

## ATENÇÃO BÁSICA

# Unidades de saúde são fiscalizadas

O MPPB realizou inspeções em seis unidades de saúde de Bayeux, além do Hospital João Marsicano ("Hospital do Povo"). O principal problema detectado foi a falta de atendimento do profissional médico.

De todas as unidades avaliadas, em apenas uma foi constatada a presença do médico, que deveria estar presente em horário integral.

Também foram encontrados medicamentos vencidos e outras irregularidades em relação a procedimentos, estrutura física e predial.

## OUTRAS OPERAÇÕES

Também foram realizadas

inspeções em Rio Tinto e Guarabira. No Hospital de Rio Tinto e em três unidades básicas de saúde diversas irregularidades foram constatadas, como a ausência de médico em todas as unidades visitadas.

Foram analisadas as condições de acessibilidade e de qualidade do serviço prestado à população.

Na Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) localizada em Guarabira, o maior problema é a sobrecarga de atendimento, gerada pelo mau funcionamento das unidades do Programa de Saúde da Família (PSF). Dos 200 atendimentos diários realizados na unidade

de saúde, 50% são pediátricos.

O prédio onde funciona a UPA apresenta excelente estrutura física e possui equipamentos médicos novos e em bom estado.

Foi celebrado um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Município de Guarabira para sanar, no prazo de três meses, as irregularidades encontradas na unidade de Saúde da Família Osmar de Aquino.

Dentre as providências que deverão ser tomadas estão a transferência da unidade de saúde para prédio próprio em caráter definitivo e o controle por parte da Secretaria de Saúde da frequência e do horário dos profissionais.

## ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social

ACESSE O SITE: [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)

OU ENVIE O E-MAIL: [atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br](mailto:atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br)

